

JOURNAL OF
DEMOCRACY
EM PORTUGUÊS

Volume 5, Número 5, Maio de 2016

O sequestro do “Soft Power”

Christopher Walker

**A Evanescete Miragem do
“Consenso Liberal”**

James Dawson e Seán Hanley

O Liberalismo Sem Resultados

Ivan Krastev

**O Compromisso dos Islamistas
na Tunísia**

Kasper Ly Netterstrøm

Como a Mídia Destruuiu as Transições

Marc Lynch

**PLATAFORMA
DEMOCRÁTICA**



FUNDAÇÃO IFHC | CENTRO EDELSTEIN

CONSELHO EDITORIAL

Bernardo Sorj

Sergio Fausto

Diego Abente Brun

Mirian Kornblith

CONSELHO ASSESSOR

Fernando Henrique Cardoso

Larry Diamond

Marc F. Plattner

Simon Schwartzman

TRADUÇÃO

Maria Cecília Porto

REVISÃO TÉCNICA

Isadora Carvalho

Apresentação

Este número do *Journal of Democracy* em Português reúne artigos que, em sua maioria, fazem uma revisão crítica das esperanças democráticas suscitadas pelo fim da União Soviética e do socialismo real no leste da Europa e, mais recentemente, pela chamada Primavera Árabe. A questão comum que os perpassa é por que aquelas esperanças se viram em boa medida frustradas, muito especialmente nos países árabes.

Em “O Sequestro do Soft Power”, Christopher Walker chama a atenção do leitor para um fenômeno sem precedente: a utilização, por regimes autoritários ou semi-autoritários, de estratégias e ferramentas de atuação internacional normalmente associadas ao exercício do soft power por países democráticos. Com o foco sobre a China e a Rússia, o autor ressalta o empenho crescente de regimes não democráticos em influenciar a opinião pública mundial por meio da criação de canais internacionais de televisão e organizações supostamente não governamentais que, sob a aparência de certa neutralidade e profissionalismo, atuam sob o comando dos respectivos governos. Walker argumenta que assistimos não apenas a uma interrupção da onda democrática que se verificou no mundo depois da queda do Muro de Berlim e do fim da União Soviética. Testemunhamos, isto sim, a ofensiva de regimes não democráticos que ingressaram com novos e mais inteligentes meios na batalha por corações e mentes na esfera da opinião pública global.

Seguem-se dois artigos em que os autores polemizam entre si a respeito da extensão, profundidade e razões do crescimento de movimentos e partidos antidemocráticos, quando não xenófobos e racistas, nos países da antiga Europa oriental, em alguns casos resultando na formação de governos no mínimo ambivalentes em relação a valores básicos da democracia. Em “O Evanescente Consenso Liberal”, James Dawson e Seán Hanley, responsabilizam as elites econômicas locais

e da União Europeia (EU) pelo ressurgimento de tendências antidemocráticas historicamente presentes naqueles países. Para os autores, esse ressurgimento é o preço que agora se paga por uma agenda de políticas que acenou com os benefícios da economia de mercado em detrimento da ênfase nos valores da democracia.

Ivan Krastev, em seu “Liberalismo sem Resultado”, acolhe parte do argumento de Dawson e Hanley. Reconhece que, mesmo na Polônia, onde maior foi o sucesso econômico da integração à EU, recentemente foi eleito um governo com inclinações não democráticas. Krastev, porém, vê os casos dos países do leste da Europa como parte do fenômeno mais amplo de crise da democracia em todo o continente europeu. Sustenta que as causas do problema estão na crise econômica (e na crise imigratória). Contrastando com o pessimismo de Dawson e Hanley, ele relembra o período entre o final dos anos 1960 e 1970, quando, no coração da Europa Ocidental, em particular na Itália, em meio à radicalização política, emergiram organizações terroristas e a democracia liberal parecia estar sob ameaça fatal. Para Krastev, as instituições da democracia-liberal superarão mais esta crise, mesmo que parte dos atores políticos, como na Europa de então, se choquem contra elas.

O artigo de Kasper Ly Netterston sobre a Tunísia é, por assim dizer, o mais alentador deste número. Nele a pergunta não é sobre o que deu errado, mas sim sobre por que deu certo a transição para a democracia num país de maioria islâmica. O autor destaca a mudança ocorrida no interior do partido islâmico Ennahda, que conseguiu encontrar espaços específicos para a religião e a política, deixando para trás o islamismo utópico que marcou sua fundação. A atuação do Ennahada passou a obedecer a cálculos políticos similares aos de qualquer partido conservador submetido às regras de um Estado democrático. Netterston chega a compará-lo ao Partido Republicano, nos Estados Unidos, no qual é cada vez maior o peso do conservadorismo evangélico. Os líderes do Ennahada teriam, segundo o autor, compreendido a impossibilidade

de fundir religião e política num país diverso e mais ocidentalizado do que os demais países árabes. Isso não significa que tenham desistido de difundir valores islâmicos na sociedade tunisiana e influenciar as decisões políticas com base nesses valores. É cedo, portanto, acrescentarmos, para tirar conclusões definitivas sobre o caso da Tunísia, o que não o torna menos interessante, antes o contrário.

Este número termina com o artigo em que Marc Lynch avalia o papel da mídia árabe nas revoluções e revoltas que varreram parte importante do Norte da África e do Oriente Médio entre 2011 e 2012. Para o autor, a mídia contribuiu para o insucesso da Primavera Árabe. De um lado, na ausência de real liberdade de imprensa, a mídia convencional logo se tornou instrumento de disputa entre interesses políticos e geopolíticos, inclusive a Al Jazeera. De outro, com a difusão da Internet e dos *smart phones*, a “rua árabe” passou a se comunicar por meio das mídias sociais, as quais tendem separar a opinião pública em nichos de adeptos da mesma causa ou ponto de vista. A combinação desses dois fenômenos teria resultado no aumento da polarização e do medo sobre os desdobramentos do processo político, contribuindo para que ele degenerasse em lutas sectárias.

Boa leitura.

Bernardo Sorj e Sergio Fausto

Diretores de Plataforma Democrática

A Evanescente Miragem do “Consenso Liberal”*

James Dawson e Seán Hanley

James Dawson é conferencista na University College London, onde foi diretor do programa de mestrado em Democracia e Política Comparada. É autor de Culturas da Democracia na Sérvia e Bulgária: Como as Ideias Modelam os Públicos (2014).

Seán Hanley é conferencista sênior em política comparada da Europa Central e do Leste na University College London. É autor de A Nova Direita na Nova Europa: Transformação Tcheca e Política de Direita, 1996-2006 (2008).

O influente artigo de Ivan Krastev, “A estranha morte do consenso liberal”, foi publicado no “Journal of Democracy” em 2007 como parte de um simpósio especial, no qual foi solicitado a colaboradores que escrevessem o que achavam da democracia na Europa Central e do Leste: se estava ou não se deteriorando¹. O artigo de Krastev começava com uma alarmante avaliação da Europa pós-comunista, mas terminava com uma previsão tranquilizadora: sim, a ascensão do populismo não liberal por toda a região assinalava que a “política consensual” pós-1989, que visava o acesso à União Europeia, já estava chegando ao fim; não, este não era um processo que levava ao colapso da democracia, pois a democracia já não tinha mais nenhuma alternativa ideológica séria. Comparações com a “República de Weimar”

*Publicado originalmente como “The fading mirage of the ‘liberal consensus’”, *Journal of Democracy*, Volume 27, Número 1, Janeiro de 2016 © 2016 National Endowment for Democracy and The Johns Hopkins University Press

erraram o alvo: “As ruas de Budapeste e Varsóvia, hoje, não estão lotadas de formações paramilitares em busca de uma solução final”, escreveu Krastev, “mas de ávidos consumidores à procura de uma liquidação final”².

Krastev estava bastante correto quanto à ameaça limitada do populismo não liberal da ultradireita. Embora os paramilitares que exclamavam slogans nacionalistas e antisemitas tenham agora se juntado aos consumidores nas lojas das cidades e municípios húngaros, pode-se afirmar que a escorregada da Hungria em direção ao semi-autoritarismo é um caso excepcional que reflete a específica combinação de uma obstinada direita nacionalista e conservadora, instituições fortemente majoritárias e recessão econômica. Mesmo depois dos problemas socioeconômicos dolorosos e das eventuais turbulências políticas que se seguiram à grande recessão de 2008-2009, a situação hoje na Europa Central e do Leste, e além, não reflete a da Alemanha de Weimar³.

Se por um lado Krastev estava certo ao afirmar que a democracia na Europa Central e do Leste não iria acabar “com um estrondo”, deixou de considerar se ela acabaria “com um gemido”^{*}. Ao enfatizar a ameaça limitada representada pelo extremismo de partidos marginais e tiranetes eleitos, Krastev não deu a devida importância a uma ameaça mais sutil – a de que o não liberalismo, representado tanto pelas elites econômicas entrincheiradas como pelas forças do conservadorismo nacional e social, na verdade nunca esteve ausente durante o período do “consenso liberal” e, portanto, *já estava estabelecido* na corrente dominante.

* Referência ao último verso de *The Hollow Men*, de T.S.Eliot (“this is how the world ends/not with a bang but a whimper”): É assim que o mundo termina/ Não com um estrondo, mas com um gemido). N.daT.

O liberalismo do “consenso liberal” – como admite o artigo de Krastev – foi um projeto de elite conduzido por pequenos grupos do topo do mundo político, acadêmico, empresarial e oficial. Nós argumentamos, porém, que esta estreita variante do liberalismo econômico e tecnocrático fundiu-se com as narrativas e interesses não liberais existentes que as elites pró-europeias geralmente preferiram acomodar em vez de confrontar. Apesar das aparências, na Europa Central e do Leste há uma ausência de genuínas plataformas políticas liberais – o que, para nós, quer dizer uma série de ideologias correntes, de esquerda e de direita, baseadas em compromissos compartilhados com as regras de igualdade política, liberdade individual, tolerância civil e o domínio da lei. Como consequência, os cidadãos não são expostos à lógica filosófica das instituições liberal-democráticas. Por toda a região, da Polônia à Bulgária, é esta configuração que vê administrações ardentemente pró-europeias tanto de centro-esquerda como de centro-direita solapando sem cessar a democracia liberal.

A ideia de que a democracia está retrocedendo na Europa Central e do Leste está se tornando rapidamente a visão de consenso. Boa parte dos estudos deste tipo de decadência tem focado no Primeiro Ministro da Hungria, Viktor Orbán, que à frente de seu partido governista, o Fidesz, abriu mão das aparências de controles e balanços formais para concentrar o poder em suas mãos, e busca apoio na base do nacionalismo exclusivista, como ele próprio enfatizou abertamente na sua intenção de construir “uma nação não liberal”⁴. No entanto, políticos de um modo geral, em outras partes desta região, também têm usado suas grandes majorias eleitorais para vergar as regras constitucionais e democráticas. Nem bem as restrições de condicionalidade da UE haviam sido levantadas e os governos da Bulgária e da Romê-

nia já começaram a vandalizar as instituições de seus países e a conceder vantagens a seus apadrinhados da área financeira. Até mesmo na República Tcheca, uma estrela da democratização, o primeiro presidente do país eleito diretamente, Milos Zeman, não perdeu tempo e logo após assumir o poder em março de 2013 já tentou transformar a democracia parlamentar do país em um sistema semi-presidencial, nomeando um governo tecnocrático por cima das cabeças dos partidos políticos da nação⁵.

Visto no contexto de uma década de dados coletados pelo relatório Nações em Trânsito (NIT), da Freedom House, estes episódios podem ser vistos como parte de uma tendência, estabelecida em toda a região, de retrocesso da democracia. Medida em uma escala em que 1 ponto denota o “mais alto nível de progresso democrático” e 7 o mais baixo, a Hungria e a Eslováquia têm retrocedido significativamente desde a entrada na EU, ambas caindo do alto registro de 1.96, em meados da década de 2000, para as atuais contagens bem mais baixas de 2.96 e 2.61, respectivamente⁶. A Polônia tinha um registro ainda mais alto, de 1.75, nas vésperas da entrada na União Europeia, em 2004, e agora caiu para 2.18. Romênia e Bulgária, países vistos recentemente como “retardatários bem-sucedidos”⁷, regrediram dos índices mais altos 3.29 e 2.86, respectivamente, para os mais baixos atuais 3.46 e 3.25. Apenas a República Tcheca parecia resistir a esta tendência até que ela também caiu, de 2.14 em 2013 para 2.25 em 2014. Com exceção da Hungria, estes dados não sugerem uma queda vertiginosa em direção ao semi-autoritarismo. Mas eles indicam, porém, que o suposto mal-estar democrático da região é mais do que mera hipérbole.

O retrocesso foi um efeito colateral, totalmente previsível, dos processos de reforma na Europa Central e do Leste, sob a supervisão da

UE, dirigidos por incentivos e com foco nas elites. Assim como as explicações mais aceitas sobre o sucesso da democratização haviam focado nos incentivos às elites para atender as condições da EU, advertências sobre um possível retrocesso referiam-se ao provável impacto do desaparecimento destes incentivos depois da adesão destes países à União Europeia⁸. Tais advertências repousavam na percepção de que as elites da ECL não haviam internalizado os valores liberal-democráticos e iriam transgredir ou esticar as normas constitucionais assim que possível. Agora que o retrocesso previsto de fato começou, estudos têm examinado as variações entre as nações na forma e na extensão do retrocesso e as maneiras alternativas de motivar as elites a preservar as instituições liberais.

Apesar da coerência – e até certo ponto, realismo – destes estudos, o seu entendimento da consolidação e progresso democrático como função do calculismo das elites em vez de sua identificação com os valores liberais, esteve sempre em conflito com a noção igualmente preconcebida de que “a democracia precisa de democratas” e com a outra ideia – só um pouco mais contestável – de que “a democracia necessita de cidadãos democráticos”⁹. Os baixos níveis de engajamento cívico e as instituições fracamente fixadas nas democracias da Europa Central e do Leste, embora reconhecidos há tempos, têm sido frequentemente apontados como legados duros porém superáveis do comunismo¹⁰. Apenas um número pequeno de estudiosos tem sinalizado a natureza mais aguda do desafio que este vazio institucional impõe à democratização. Dorothee Bohle e Béla Greskovits, por exemplo, notaram que as democracias da ECL, diferentemente das democracias da Europa ocidental, nasceram com um “centro oco” e sugerem que a falta de massa cívica e de engajamento político é fator chave para o entendimento do mal-estar democrático da região¹¹.

Superar este vazio e infundir uma identificação significativa com a essência das normas democráticas junto às sociedades da ECL requereria uma grande dose de liderança política com princípios e filo-

soficamente consistente, e também de ativismo cívico. E, no entanto, apesar da presença na corrente dominante de vários políticos que se autoproclamam liberais, um projeto cultural deste tipo nunca foi tentado em uma escala suficiente para embutir normas e práticas liberais em contextos onde haviam estado previamente ausentes. Longe de ter regredido a partir de um limitado progresso anterior, a consolidação democrática da Europa Central e do Leste deve ser compreendida como algo que sempre foi um tanto quanto ilusório.

E, além disso, a história da democracia na Europa Central e do Leste não é simplesmente a história de instituições ocas submetidas a ações predatórias ocasionais de elites recentemente desinibidas pela inércia de liberais genuínos, porém, passivos. Por toda a região, a base central da política tem sido caracterizada pela coexistência sutil de normas liberais e não liberais, sendo que as últimas têm gradualmente superado as primeiras. Para nós, esta consistente fraqueza do liberalismo está na raiz do mal-estar democrático, com os bem-documentados problemas de condicionalidades evanescentes, corrupção e crise econômica abrindo oportunidades para as elites consolidarem seu poder e para os cidadãos indignados exteriorizarem as suas frustrações.

O caso paradigmático da Bulgária

A Hungria é comumente considerada o caso mais paradigmático de retrocesso democrático na Europa Central e do Leste, exibindo o “mesmo câncer” – já com metástase – que está “presente em outras partes do continente, mesmo não tendo merecido a atenção dos responsáveis pelos diagnósticos”¹². Porém, em nossa opinião, um outro país é mais emblemático do mal-estar que aflige as jovens democracias da região: a Bulgária. Apesar dos baixos níveis de desenvolvimento econômico e dos legados históricos menos favoráveis da Bulgária, a democracia do país foi considerada uma das histórias de sucesso da condicionalidade

democrática da UE. A Bulgária também exibiu a dinâmica política que era característica de, mas oculta em, outras bem sucedidas nações em processo de democratização da ECL. Enquanto que tênues tradições liberais e legados de oposição ao regime comunista obscureciam a natureza elitista, de cima-para-baixo, da democratização em muitos estados da ECL, na Bulgária a democratização pré-acesso foi um processo explicitamente conduzido pelas elites¹³.

Na Bulgária, vemos o liberalismo – ou melhor, sua variante economista e tecnocrática pós-1989 – juntando-se às narrativas não liberais existentes (nacionalismo étnico e conservadorismo social), que as elites pró-europeias geralmente optaram por acomodar, em vez de combater. Assim, o governo reformista pró-ocidente de 1997-2001, liderado pela União das Forças Democráticas (SDS), anticomunista e de centro-direita, e geralmente apontado como responsável por colocar o país firmemente no caminho da consolidação democrática, na verdade nunca defendeu as normas liberais além do mínimo exigido por uma União Europeia ávida por reconhecer um possível novo membro¹⁴. O primeiro-ministro Ivan Kostov, do SDS pode ter supervisionado a ratificação da Bulgária da Convenção-quadro do Conselho da Europa para a Proteção das Minorias Nacionais, mas também foi incisivo em confirmar as “credenciais nacionais” de seu partido durante a campanha. Como era de se esperar, o SDS nunca tentou revogar a proibição constitucional não liberal de partidos “formados em base étnica”¹⁵.

Da mesma forma, apesar das políticas econômicas liberais do SDS (especialmente a implementação de um conselho monetário) alinhadas às prescrições de governos e instituições financeiras ocidentais, o partido tinha uma inclinação por “privatizar em seu próprio favor”¹⁶. O SDS, embora seja indubitavelmente melhor que a administração descaradamente corrupta do Partido Socialista Búlgaro (BSP) que o precedeu, deve ser visto nem como excessivamente progressivo nem como excessivamente regressivo – pois dificilmente possui a força

transformadora necessária para a concretização de uma democracia plenamente liberal em um sentido político-cultural.

Porém, em um período de amplo consenso entre as elites, o SDS liderou a construção de instituições liberais com vistas à integração euro-atlântica, um feito que teria sido muito mais difícil se o SDS tivesse articulado estes objetivos como parte de uma plataforma liberal fortemente progressiva. Consequentemente, a Bulgária teve um rápido progresso no estabelecimento de instituições liberais, merecendo a designação do NIT de “democracia consolidada” em 2006 e ganhando a admissão na UE em 2007.

O período pós-acesso na Bulgária não registrou nenhum assalto autocrático ao poder, ao estilo Fidesz, nem mesmo algum grande avanço eleitoral de populistas da ultradireita. O país quase não é citado na maior parte da literatura sobre a deterioração democrática da região. E, no entanto, as normas democráticas aninhadas nas instituições do país acabaram sendo corroídas de uma forma pragmática e gradativa. A coalisão liderada pelo BSP que chegou ao poder em 2005 logo criou problemas com a UE por causa de corrupção, e foi conivente com aliados parlamentares na adulteração de regras eleitorais em 2009. Embora a manobra tenha fracassado, e permitido que o novo partido pró-Europa, de centro-direita, Cidadãos pelo Desenvolvimento Europeu da Bulgária (GERB) vencesse as eleições em 2009 colocando como Primeiro Ministro o célebre prefeito de Sofia Boyko Borisov, a reviravolta não conseguiu deter o declínio da classificação do país no NIT, que já havia caído para “democracia semi-consolidada” em 2009, apenas dois anos após sua entrada na UE.

Um incidente obscuro ilustra bem a abordagem flexível do GERB em relação às regulações da UE e às normas democráticas: em 2011, a Comissão Europeia (CE) repreendeu o Ministério do Interior da Bulgária por aceitar doações privadas, uma prática que “lança dúvidas sobre a independência da investigação da polícia”¹⁷. E, no entanto, o ministro do interior Tsvetan Tsvetanov negou qualquer troca de favo-

res (apesar de o Ministério ter recebido doações em espécie no total de vários milhões de euros por mês) e resistiu até Borisov concordar, sob pressão da UE, a banir a prática corrupta. Tsvetanov, porém, disse que as doações privadas seriam interrompidas gradualmente, e não de uma vez. No final, a ascensão do GERB simplesmente significou que um grupo diferente de elites estava agora supervisionando a erosão de controles e balanços institucionais.

O fato de estes flagrantes abusos pós-acesso terem causado tão pouca dissensão pública e intelectual mostra que o vandalismo institucional é um sintoma, e não a causa do mal-estar democrático no país. O problema fundamental é que cidadãos que nunca foram expostos a nenhum projeto político-cultural liberal de verdade, não podem senão muito fracamente cobrar responsabilidade das elites não liberais. Isto foi demonstrado pelas consequências das ondas de protesto em massa de 2013, que primeiro se voltaram contra o GERB, derrubando o governo de Borisov, e depois o governo sucessor, formado pela coalisão liderada pelo BSP (embora o GERB tenha conseguido maioria, não conseguiu formar um governo).

A segunda onda de demonstrações, que começou em junho de 2013 e foi desencadeada pela nomeação de um jovem oligarca para a chefia da Agência Estatal de Segurança Nacional pelo primeiro-ministro Plamen Oresharski, do BSP, foi apoiada pela maioria da intelligentsia e claramente abraçou algumas normas liberais, criticando as ligações do governo com o poder oligarca com um repertório criativo de protesto. Mas a posição ideológica do movimento ecoava a fórmula da era-SDS que advogava a “Europa” e a “democracia” ao mesmo tempo em que negligenciava e, não raro, procurava deslegitimar os interesses de segmentos desfavorecidos da sociedade¹⁸.

A familiar ausência de qualquer reivindicação por uma comunidade política mais inclusiva também significa que a antiga tolerância por particularismo étnico entre os liberais com tendência à direita, nunca foi questionada. Ultimamente, os protestos mal modificaram o cenário

político. O Bloco Reformista, a coalisão de cinco partidos formada em 2013 que inclui o SDS e atrai o apoio dos mesmos segmentos urbanos mais escolarizados que conduzem os protestos, usou sua posição como parte do governo liderado pelo GERB - que chegou ao poder com as eleições de outubro de 2014 - para discriminar os ciganos¹⁹. O “consenso liberal” da Bulgária continua desfazendo-se não por causa da intrusão conservadora ou da ultradireita, mas porque o pretenso consenso liberal não foi mais do que uma ilusão, desde o começo.

A experiência da Bulgária faz com que se indague se a democracia liberal alguma vez chegou a ser realmente institucionalizada na Europa pós-comunista – não apenas nos chamados retardatários bem-sucedidos, mas mesmo nos aparentes sucessos de grandes desempenhos como o dos estados de Visegrád** (República Tcheca, Hungria, Polônia e Eslováquia). Se o “consenso liberal” que deveria dar sustentação à democratização nunca existiu, como acreditamos, então a democracia na região pode estar se movendo na direção de um equilíbrio no qual as instituições liberal-democratas sofrem uma erosão gradual à medida que o não liberalismo da corrente política discretamente se consolida, talvez fazendo da Bulgária um pioneiro não liberal em vez de retardatário democrata.

A corrente majoritária não liberal nos países Visegrád

Apesar das variações importantes nos seus padrões de desenvolvimento democrático, todas as três democracias extensivamente robustas da Visegrád – a República Tcheca, Eslováquia e até a Polônia – possuem as marcas distintivas do padrão de consolidação não liberal exemplificado pela Bulgária. Este padrão está enraizado na interação de uma forma comprometida de liberalismo com estruturas não liberais residuais inerentes às sociedades pós-comunistas. Estas mesmas

** O grupo de Visegrád, também chamado V4, é uma aliança entre quatro países da Europa Central (Hungria, Polônia, República Checa e Eslováquia) para fins de cooperação. N. do E..

condições são evidentes em graus variados em países da Europa Central e do Leste, fazendo com que até os estados com alto desempenho como a República Tcheca e a Polônia fiquem vulneráveis a uma insidiosa consolidação política não liberal que é facilitada, em vez de bloqueada, pelo “pseudo-liberalismo” da política corrente.

Como as considerações de Krastev deixam bem claro, o liberalismo na Europa Central e do Leste tem repousado não apenas em uma base social limitada, mas também em uma base intelectual limitada. As únicas ideias claras que ligavam as elites liberais da região nos últimos anos do século XX e nos primeiros do século XXI eram suas orientações de política externa euro-atlânticas e sua conformidade com as receitas econômicas liberais do Banco Mundial, FMI e *acquis communautaire* (leis da UE). Este liberalismo falso e batido colocou de escanteio as preocupações emancipatórias de eleitorados marginalizados, permitindo desta maneira que “reformistas” da elite evitassem confronto com as bases de poder não liberal existentes na sociedade – ou seja, as elites econômicas originárias das estruturas da burocracia e as forças de conservadorismo nacional e social encontradas entre os membros da intelligentsia, das igrejas e das subculturas nacionalistas. Esta falta de compromisso com as normas liberal-democráticas por parte das correntes políticas dominantes que se dizem pró-democráticas – incluindo os pequenos partidos que se declaram liberais – explica o crescimento de poder não liberal na política e sociedade da ECL, do qual o “retrocesso” institucional é um mero sintoma.

É importante enfatizar, porém, que estes países continuam sendo sistemas democráticos competitivos cujos cenários de instituições e partidos buscam seu modelo na Europa ocidental. Ao mesmo tempo, estes sistemas estão sendo cada vez mais solapados pela desconfiança popular, pelas relações corruptas e suspeitas ligando empresas, mídia e elites políticas, e por periódicas erupções de ira cívica e populismo anti-elite. Estes sistemas também são caracterizados por uma reveladora falta de discussão pública e de ativismo cívico em torno de

questões sociais cruciais, como o tratamento das populações ciganas ou os direitos dos homossexuais, e uma falta de debate substantivo e atualizado sobre o poder político das elites econômicas. Estas lacunas definem os reais limites do alcance da democracia liberal.

A República Tcheca. A República Tcheca, país com registro consistente de alto desempenho em termos de progresso democrático, tem poucos obstáculos estruturais que possam impedir seu caminho para tornar-se uma verdadeira democracia liberal. O nacionalismo tcheco sempre abraçou por iniciativa própria ideias de liberalismo político e econômico, e não há nenhum conflito evidente entre a identidade nacional tcheca e a democracia liberal. Além disso, o país possui uma subcultura de ativismo que vem desde o início da década de 1990 – com raízes no movimento dissidente das décadas de 1970 e 1980 – que defende uma versão emancipatória mais ampla do liberalismo²⁰. Ao contrário de vários membros recentes da UE, a República Tcheca também teve uma estável relação de plausíveis partidos “padrão” (democratas sociais, democratas cristãos, comunistas e conservadores pró-mercado) que competiram, pelos menos até 2010, sobre questões socioeconômicas. A partir daí, este eixo direita-esquerda tem sido enfraquecido pela emergência de partidos de protesto apoiados pelo setor empresarial, e orientados pela noção de boa-governança e por agendas anticorrupção, em vez de pelo populismo não liberal.

Mas a força dos partidos no país e a fixação de sua política no crescimento econômico e em instituições funcionais revelam as limitações e fraqueza subjacente de sua democracia. O presidente Václav Havel apontou, nos anos 1990, que a precoce consolidação de partidos políticos ocorreu à custa do ativismo político, cujo impacto foi reduzido ainda mais pela virada em direção ao estabelecimento de ONGs voltadas para projetos, que não raro serviam como subcontratadas da UE.

A insalubre fusão das esferas política e econômica – e a incursão de interesses empresariais no setor voluntário – tem sido um traço consistente da democracia tcheca. Isto foi colocado em evidência recente-

mente com a ascensão política do bilionário Andrej Babis, que é dono de um maciço império de negócios e mídia e ao mesmo tempo desempenha um papel de destaque no governo como vice-primeiro-ministro e ministro das finanças. Babis conseguiu astutamente cooptar ONGs anticorrupção e de boa governança a serviço de seu movimento declaradamente reformista intitulado Ação dos Cidadãos Insatisfeitos, ao mesmo tempo em que trazia para dentro de seu séquito político antigos membros da polícia secreta²¹. Mas o projeto liberal pós-comunista tcheco sempre teve suas raízes em tais acordos – entre liberais dissidentes e o liberalismo econômico das elites tecnocráticas, e entre políticos emergentes das correntes dominantes e as elites econômicas do velho regime que mais tarde se tornariam a espinha dorsal da nova classe empresarial²².

Apesar das consagradas tradições liberal-nacionalistas do país, a falta de uma sociedade civil forte e progressista limita a influência liberal em questões de cidadania e identidade nacional mais inclusivas. Um exemplo disso é que a expulsão em massa da Tchecoslováquia de pessoas de etnia alemã, logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, continua até hoje um tabu na política dominante, a ponto de ter sido considerado um grave erro político do candidato à presidência e ex-ministro das relações exteriores Karel Schwarzenberg ter dito na campanha de 2013 que “o que fizemos em 1945 teria sido considerado hoje uma grave violação dos direitos humanos, e o governo tcheco, juntamente com o presidente Benes, teriam ido parar em Haia”. Esta declaração causou contestações que acusavam Schwarzenberg de falar “como um alemão dos Sudetos” e de insultar a nação tcheca²³.

Embora a opinião pública na República Tcheca tenha se tornado mais liberal em relação aos homossexuais, os ciganos continuam a ser alvos de inculcada hostilidade popular e são quase totalmente ignorados nos debates políticos, salvo em alguns ataques periódicos de indignação, por parte dos populistas e às vezes até de políticos das correntes dominantes. Embora pareça provável que a direita populista

radical vá continuar nas margens eleitorais, uma corrente de protestos populares em 2011 mostrou que o sentimento contra os ciganos é mais do que um fenômeno latente.

Eslováquia. O liberalismo progressivo tem sido ainda mais elusivo na Eslováquia. Diferentemente da República Tcheca, a Eslováquia é vista amplamente como tendo se voltado para a política liberal-democrática depois de um período inicial de retrocesso não liberal pós-transição. Desde 1991, o partido nacionalista não liberal no poder – o Movimento por uma Eslováquia Democrática (HZDS) de Vladimir Mečiar – e partidos menores de ultradireita têm conseguido transformar a minoria húngara do país em bodes expiatórios e tirar vantagem das ansiedades em torno da vulnerabilidade da Eslováquia como estado recém-independente.

Quando o HZDS foi tirado do poder em 1998 por uma coalizão pró-europeia de partidos “padrão”, incluindo os cristãos-democratas e os sociais-democratas, o país começou sua rápida subida em direção à condição de membro da UE. Enquanto o anti-Mečiarismo dos anos 1990 enfatizava o ideal de se igualar à Europa e a implementação do *acquis* (aprovação de legislação e a construção de instituições), os liberais de centro-direita que assumiram o poder depois de 1998 focalizavam a assistência social neoliberal e as reformas trabalhistas e de mercado²⁴. O sistema político pareceu se “normalizar” em torno da competição esquerda-direita com a emergência do partido de Robert Fico, Direção-Democracia Social (conhecido como Smer) como o partido dominante, pró-Europa, de centro-esquerda.

No entanto, como no caso da República Tcheca, esta dinâmica política convencional de esquerda-direita está começando a ser subjugada pela política da anticorrupção e boa governança. Um dos resultados desta mudança é a ascensão de partidos liberais de protesto como o Liberdade e Solidariedade (SaS), formado em 2009, e seu fruto Pessoas Comuns e Personalidades Independentes (O3/4aNO), formado em 2011. Outro exemplo é a onda de protestos do início de 2012 sobre o

chamado escândalo Gorila, no qual o vazamento de informações de grampos telefônicos de 2005 e 2006 envolveram altos funcionários em corrupção massiva em contratos de privatização.

Não é de surpreender que haja pouca evidência de que qualquer um dos partidos políticos do país – ou seus próprios cidadãos, como um todo – alguma vez tenha seriamente rejeitado normas não liberais. O Smer foi capaz de absorver o campo nacionalista eleitoralmente, e até certo ponto ideologicamente, ao fundir elementos de nacionalismo étnico com uma inclinação populista da social democracia²⁵. Fazendo jus a esta orientação, o partido formou uma coalizão com a ultradireita de 2006 a 2010, o que levou à sua suspensão temporária do Partido dos Socialistas Europeus. O Smer justificou esta aliança de forma ao mesmo tempo pragmática e política, afirmando que ela promovia estabilidade e era uma maneira de pacificar a ultradireita. Mas a subsequente aprovação pelo governo de leis restritivas (como a Lei da Língua de 2009) sugeria uma afinidade ideológica mais próxima.

Outros acontecimentos também realçaram a maneira com que a política “pró-Europa” do anti-Meëiarismo obscureceu a natureza não liberal de partes chave da centro-direita pró-europeia. Em 2014, por exemplo, o Smer juntou-se aos opositoristas democratas-cristãos (KDH) ao aprovar a proibição constitucional do casamento gay (uma decisão que o Smer justificou como um “toma lá dá cá” com a oposição, que assim apoiaria reformas judiciais). O Smer também apoiou o referendo de 2015 da conservadora Aliança pela Família, que procurava definir casamento como algo somente entre um homem e uma mulher, proibir a adoção por casais do mesmo sexo, e abolir a educação sexual compulsória. Embora tanto o SaS quanto o O3/4aNO fossem partidos liberais, ambos eram formações de cima para baixo que subordinaram exigências sociais liberais à economia de mercado e ao conservadorismo fiscal (no caso do SaS) e ao espetáculo anti-político (no caso do O3/4aNO). Finalmente, mesmo os protestos em resposta ao escândalo Gorila, que pareciam um sinal de reanimação

do ativismo cívico, não deixaram nenhum efeito político duradouro, rendendo somente uma mensagem anti-política semi-coerente dirigida contra todos os partidos e, até certo ponto, contra a própria noção de democracia representativa.

Polônia. Na superfície, a Polônia parece ser a exceção, no que se refere ao mal-estar democrático da Europa Central e do Leste. O país vivenciou um crescimento econômico sustentado, resistiu aos tumultos da Grande Recessão e produziu um forte partido liberal governista, a Plataforma Cívica (PO). A Polónia também oferece um dos poucos exemplos na ECL de um partido de protesto definido por um radical liberalismo social, o recém-chegado Movimento de Palikot, que entrou no parlamento em 2011²⁶.

Porém, o status da Polónia como campeão do liberalismo – ou ba-luarte da luta contra o não liberalismo – deve-se mais à sua configuração partidária e eleitoral do que a qualquer engajamento cultural mais profundo com as normas liberais. Como muitos partidos liberais pró-mercado na região, o PO segue um programa tecnocrático definido de forma estreita, e que é economicamente liberal, mas socialmente conservador. Além disso, como um proeminente observador da cena política polonesa comentou, “as elites nacionais e locais do país estão ligadas à Plataforma Cívica antes de tudo pelo acesso que ela proporciona às benesses do estado, e os principais partidos são baseados em personalidade em vez de ideologias”²⁷.

Além disso, o proeminente partido de oposição conservador-na-cionalista Lei e Justiça (PiS) por longo tempo pretendeu remodelar a democracia polonesa com a criação da “Quarta República”, baseada em valores católicos conservadores e em uma explícita rejeição dos compromissos firmados no acordo de transição entre o regime e a oposição em 1989. As tentativas do PiS de concretizar este projeto – mais diretamente através de governos minoritários em 2005 e 2006 – afundaram por dois motivos: pela incapacidade do partido de expandir sua base eleitoral e pela natureza das instituições políticas da Polónia,

que é de dispersar o poder. Mas a dinâmica, se não o resultado final, da competição política polonesa do início até meados da década de 2000, foi similar à da Hungria. Esta mesma dinâmica levou Krastev em 2007 a designar a Polónia como a “capital do não liberalismo do Centro Europeu”²⁸.

Para nós, a Polónia é um caso de nacionalismo conservador não liberal mantido em suspenso, e suas perspectivas são mais sombrias do que a situação política atual parece indicar. A Polónia permanece uma sociedade dividida na qual os direitos liberais de eleitores como as minorias sexuais e as mulheres são negados ou apenas tolerados com relutância por muitos²⁹. Fortes bases de nacionalismo conservador podem ser vistas não apenas na força do PiS mas também na tendência dos partidos mais liberais de acomodar posições da Igreja Católica (o enfraquecido Movimento Palikot, agora chamado Seu Movimento, é uma exceção neste sentido). Embora a direita católica conservadora tenha recuado em seu projeto anterior, ao estilo Fidesz, de transformação cultural e constitucional (a “Quarta República”), os principais elementos constitutivos da consolidação não liberal estão firmemente no lugar.

Em direção a um cenário búlgaro?

Todas estas sociedades cabem no paradigma búlgaro de várias maneiras importantes: a persistência de tabus sobre assuntos nacionalmente sensíveis; a falta de debate sobre o incestuoso relacionamento entre as elites políticas e econômicas, e a predominância de visões econômicas estreitas entre os partidos liberais. A relativa estabilidade destes estados desde o seu acesso à UE tem sido abastecida não por instituições liberais – ou pelos efeitos resultantes do “consenso liberal” imposto pela UE – mas pela relativa ausência de desafios liberais às normas e estruturas de poder não liberais. A situação atual da Bulgária, na qual formas institucionais superficialmente liberais mascaram parâmetros não liberais que impedem a mudança cultural e política, pode bem ser o futuro de todos na Europa Central.

Tal prognóstico pode ser excessivamente pessimista. Tradições liberais, legados de dissidência e ativismo cívico são certamente mais fortes, vamos dizer, na República Tcheca e na Polónia do que já foram alguma vez na Bulgária. Cidadãos e membros do governo em Praga e Varsóvia podem mais rapidamente reconhecer que as normas contidas em rótulos como “Europa” e “democracia” são incompatíveis com o uso aberto de minorias como bodes expiatórios, ou com o ostensivo financiamento de forças policiais por contribuições privadas. É possível que algumas ou todas estas sociedades da Europa Central e do Leste se tornem eficientes democracias liberais.

Mas elas não estão a caminho de fazer com que isto aconteça enquanto perdurar a acomodação liberal de normas não liberais. Ao deixarem de enfrentar os projetos falhos das elites econômicas ou de apresentar projetos político-culturais que contra-ataquem o conservadorismo nacional e social, os liberais da ECL optaram consistentemente por fingir que vivem em sociedades liberais, em vez de partirem para a ação e de fato produzir esta transformação. Precisamos, portanto, reavaliar a contribuição destes “liberais”, que são melhores em ganhar eleições do que em ser liberais.

Isto implica que a tarefa a ser cumprida não é necessariamente o resgate e reforma de experimentos democráticos em desagregação. Ao contrário, a recente experiência da Europa Central e do Leste sugere que já foram atingidos os limites do que um sólido planejamento institucional pode conseguir na ausência de fortes sociedades civis liberais. Instituições liberais podem impor normas acolhidas por uma sociedade civil liberal dando a elas força legal. Mas isto pode substituir apenas temporariamente um liberalismo que esteja ausente. Esta é a difícil situação da Europa Central e do Leste na atualidade. Nesta região, a erosão e o logro das instituições – que índices como o NIT capturam – não são evidência de “retrocesso democrático”, mas sim os sintomas da interação entre democracias que nasceram ocas e um “consenso liberal” que nunca existiu.

O que o “cenário búlgaro” prenuncia? Primeiro, que as democracias da ECL ficarão mais vulneráveis a um colapso das normas de representação democrática, à medida que o caráter “*Potemkin*” dos partidos e políticos dominantes vai se tornando visível. Isto só leva a um poder ainda maior das elites, apesar das estruturas formais de responsabilidade e competição aberta. A estruturação populista da política na base da “elite versus povo” que Krastev viu em 2007 como o turbulento (mas benigno) futuro da democracia europeia, exerce um efeito corrosivo sobre as democracias liberais *ersatz* da Europa Central e do Leste. Além disso, a captura da política pró-europeia pelo falso liberalismo inibe a formação de forças liberais que poderiam e deveriam servir como agentes da transformação cultural e de identidade no longo prazo, e que são necessárias para qualquer progresso real em direção a uma democracia liberal de fato.

O “cenário búlgaro”, porém, não é inevitável – nem para os outros estados da Europa Central e nem mesmo (em um prazo mais longo) para a própria Bulgária. Mas evita-lo pode requerer uma reorientação de agendas políticas e de pesquisa na região. Se há uma lição vital a ser aprendida, é que identidades liberais progressistas e fortes não têm probabilidade de emergir sem a ativa promoção de ideais liberais na política e na sociedade civil. Sem identidades liberais fortemente internalizadas, fica difícil imaginar de que forma os cidadãos poderiam responsabilizar as elites coniventes quando políticos adulteram as regras eleitorais ou usam as minorias como bodes expiatórios. Na maior parte da Europa Central e do Leste, as instituições liberais paradoxalmente dão força legal a normas com as quais quase ninguém se identifica. Às vezes, parece que os direitos liberais só são mantidos quando não contrariam alguma norma nacionalista ou conservadora.

Os políticos liberais e os ativistas da sociedade civil necessitam, portanto, defender os princípios liberais consistentemente, sobretudo nas áreas em que colidem com as normas não liberais existentes. Com frequência isto pode significar ter que confrontar ativamente grupos

sociais como as elites econômicas derivadas da burocracia (muitas vezes proprietários da mídia e financiadores de partidos), lobistas tradicionais nacionalistas e poderosas facções eclesiásticas e militares. No curto prazo pode haver, paradoxalmente, efeitos negativos – por exemplo, o assédio contra grupos liberais pode aumentar, e a pontuação democrática, da Freedom House, pode cair. Mas o caminho a ser percorrido de uma cultura política não liberal ao pluralismo liberal é longo. Com certeza, haverá obstáculos ao longo do caminho, e é bem provável que não sejam negociados sem conflito.

Notas

1. Espelhando o artigo de Krastev, utilizamos o termo “Europa Central e do Leste” para descrever os estados Visegrád da República Tcheca, Hungria, Polônia e Eslováquia, mais a Romênia e a Bulgária. Ivan Krastev, “Is East-Central Europe Backsliding? The Strange Death of the Liberal Consensus,” *Journal of Democracy* 18 (October 2007): 56–63.

2. Krastev, “Strange Death of the Liberal Consensus,” 58

3. Cas Mudde, “The Myth of Weimar Europe,” *Open Democracy*, 20 August 2013, www.opendemocracy.net/can-europe-make-it/cas-mudde/myth-of-weimar-europe

4. “Prime Minister Viktor Orbán’s Speech at the 25th Bálványos Summer Free University and Student Camp,” 26 July 2014, www.kormany.hu/en/the-prime-minister/the-prime-minister-s-speeches/prime-minister-viktor-orban-s-speech-at-the-25th-balvanyossummer-free-university-and-student-camp.

5. Venelin Ganey, “Post-Accession Hooliganism: Democratic Governance in Romania and Bulgaria After 2007,” *East European Politics and Societies* 27 (February 2013): 26–44; Seán Hanley, “Miloš Zeman’s Attempt to Impose a Caretaker Government in the Czech Republic Is a Fundamental Challenge to Czech Parliamentary Democracy,” *EUROPP blog*, 4 July 2013, <http://blogs.lse.ac.uk/europpblog/2013/07/04/milos-zemansattempt-to-impose-a-caretaker-government-in-the-czech-republic-is-a-fundamental-challenge-to-czech-parliamentary-democracy>.

6. Sylvana Habdank-Ko³aczowska, *Nations in Transit 2014: Eurasia’s Rupture with Democracy*, Freedom House, https://freedomhouse.org/sites/default/files/NIT2014%20booklet_WEBSITE.pdf

7. Dimitar Bechev and Gergana Noutcheva, “The Successful Laggards: Bulgaria and Romania’s Accession to the EU,” *East European Politics and Societies* 22 (February 2008): 114–44.

8. Sobre o “sucesso” da condicionalidade da UE, veja Heather Grabbe, *The EU’s Transformative Power: Europeanization Through Conditionality in Central and Eastern Europe* (Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2006); Tanja A. Börzel and Thomas Risse, “When Europeanisation Meets Diffusion: Exploring New Territory,” *West European Politics* 35 (January 2012): 192–207. Para previsões antecipadas de retrocesso (“backsliding”), veja Frank Schimmelfennig and Ulrich Sedelmeier, eds., *The Europeanization of Central and Eastern Europe* (Ithaca: Cornell University Press, 2005).

9. Grzegorz Ekiert, Jan Kubik, and Milada Anna Vachudova, “Democracy in the Post-Communist World: An Unending Quest?” *East European Politics and Societies* 21 (February 2007): 7–30, 20. Algumas definições de “consolidação democrática” incluem uma dimensão cultural ou de atitude, porém estes geralmente requerem rejeição de alternativas não democráticas em vez de um forte e maciço abarcamento de valores cívicos ou liberal-democráticos. Veja, por exemplo, Juan J. Linz and Alfred C. Stepan, *Problems of Democratic Transition and Consolidation: Southern Europe, South America, and Postcommunist Europe* (Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1996), 5. Para uma discussão mais ampla, veja Andreas Schedler, “What Is Democratic Consolidation?” *Journal of Democracy* 9 (April 1998): 91–107.

10. Marc Morjé Howard, “The Weakness of Postcommunist Civil Society,” *Journal of Democracy* 13 (January 2002): 157–69.

11. Dorothee Bohle and Béla Greskovits, *Capitalist Diversity on Europe’s Periphery* (Ithaca: Cornell University Press, 2012), 239.

12. John Feffer, “Hungary: The Cancer in the Middle of Europe?” *World Post*, 6 July 2013, www.huffingtonpost.com/john-feffer/hungary-the-cancer-in-the_b_3402128.html; veja também Lise Esther Herman, “Re-Evaluating the Post-Communist Success Story: Party Elite Loyalty, Citizen Mobilization, and the Erosion of Hungarian Democracy,” *European Political Science Review* (February 2015 electronic preprint): 1–34.

13. A maior parte dos relatos concorda que aqueles grupos de dissidentes búlgaros que de fato emergiram do período comunista não conseguiram inspirar uma significativa participação cívica. Mesmo a mobilização de 1996-97 que tirou o PSB do poder é geralmente descrita como uma reação ao mau gerenciamento econômico que fortalecia as elites pró-mercado do que a expressão de uma maciça cultura

política democrática. Emil Giatzidis, *An Introduction to Post-Communist Bulgaria: Political Economic and Social Transformation* (Manchester: Manchester University Press, 2002), ch. 3.

14. James Dawson, *Cultures of Democracy in Serbia and Bulgaria: How Ideas Shape Publics* (Farnham: Ashgate, 2014), 81–93.

15. O Movimento por Direitos e Liberdades (MRF), dominado por uma minoria turca, tem usufruído de sucesso eleitoral, mas evita a proibição apenas porque nega qualquer mandato para representar interesses de minorias, recorrendo em vez disso ao clientelismo político.

16. Zoltan Barany, “Bulgaria’s Royal Elections,” *Journal of Democracy* 13 (April 2002): 141–55, 148.

17. “EC Spokesperson Slams Donations to Bulgaria’s Interior Ministry,” Sofia News Agency, 11 August 2011, www.novinite.com/articles/131048/EC+Spokesperson+Slams+Donations+to+Bulgaria%27s+Interior.

18. Por exemplo, o economista e proeminente liberal Georgy Ganev afirmou que a tarefa de içar a Bulgária para “fora do pântano” repousava nos ombros da “burguesia” que teria que derrotar uma suposta aliança entre os oligarcas e os pobres. “When They Laid Foundations . . . in the Swamp,” 20 July 2013, Centre for Liberal Strategies, www.cls-sofia.org/blog/?m=201307

19. O ministro da saúde Petar Moskov, representando o Bloco Reformista, anunciou em dezembro que não mandaria mais ambulâncias em bairros onde poderiam ser atacadas por ciganos, a quem se referiu com a palavra *populatsiya* (um termo geralmente utilizado para se referir ao gado, e não a pessoas). Longe de indispor os eleitores do Bloco Reformista, os comentários do ministro e sua resposta desafiadora às críticas renderam apoio a ele.. “Incidents with Sofia Emergency Teams ‘Not Related to Roma,’” Sofia News Agency, 9 December 2014, www.novinite.com/articles/165303/Incidents+with+Sofia+Emergency+Teams+%27Not+Related+to+Roma%27.

20. Michal Kopeček, “The Rise and Fall of Czech Post-Dissident Liberalism After 1989,” *East European Politics and Societies* 25 (May 2011): 244–71.

21. James de Candole, “Comment: Why Is the Next Czech PM Surrounding Himself with Police and Spooks?” BNE Intellinews, 14 January 2014, www.bne.eu/content/story/comment-why-next-czech-pm-surrounding-himself-police-and-spooks.

22. Gil Eyal, *The Origins of Postcommunist Elites: From Prague Spring to the Breakup of Czechoslovakia* (Minneapolis: University of Minnesota Press, 2003); Gil Eyal, Iván Szelényi, and Eleanor R. Townsley, *Making Capitalism Without Capitalists: Class Formation and Elite Struggles in Post-Communist Central Europe* (London: Verso, 1998).

23. Veja Jan Richter, “Beneš Decrees Re-Surface in Czech Presidential Race,” *Radio Praha*, 21 January 2013, www.radio.cz/en/section/curraffrs/benes-decrees-re-surface-inczech-presidential-race

24. Sharon Fisher, John Gould, and Tim Haughton, “Slovakia’s Neoliberal Turn,” *Europe-Asia Studies* 59 (September 2007): 977–98.

25. Grigorij Mesežnikov, “National Populism in Slovakia—Defining the Character of the State and Interpreting Select Historic Events,” in Kálmán Petőcz, ed., *National Populism and Slovak-Hungarian Relations in Slovakia, 2006–2009* (Šamorín—Somorja: Forum Minority Research Institute, 2009), 39–66; Petra Burzová, “Towards a New Past: Some Reflections on Nationalism in Post-Socialist Slovakia,” *Nationalities Papers* 40 (November 2012): 879–94

26. Ben Stanley and Mikołaj Czesnik, “Poland’s Palikot Movement: Voice of the Disenchanted, Missing Ideological Link or More of the Same?” *Party Politics* (December 2014 electronic preprint).

27. Aleks Szczerbiak, “Polish Politics in 2014 (Part 1): Is the Ruling Party Back in the Game?” *Polish Politics Blog*, 2 January 2015, <https://polishpoliticsblog.wordpress.com/2015/01/02/polish-politics-in-2014-part-1-is-the-ruling-party-back-in-the-game/>.

28. Ivan Krastev, “Strange Death of the Liberal Consensus,” 56.

29. Aleks Szczerbiak, “A Model for Democratic Transition and European Integration? Why Poland Matters,” *SEI Working Paper No. 138*, January 2015.



Plataforma Democrática (www.plataformademocratica.org) é uma iniciativa da Fundação IFHC e do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais dedicada a fortalecer a cultura e as instituições democráticas na América Latina, por meio da produção de conhecimento e da promoção do debate pluralista de ideias sobre as transformações da sociedade e da política na região e no mundo. Conjuntamente com vinte e um centros de pesquisas associados, localizados em onze países da América Latina, realiza pesquisas e seminários para estimular o diálogo entre os produtores de conhecimentos e os diferentes atores sociais e políticos sobre temas da atualidade.

Plataforma Democrática oferece uma infraestrutura virtual com uma biblioteca de livre acesso que inclui milhares de textos sobre temas relacionados à democracia na América Latina e um banco de dados sobre instituições de pesquisa na região.

As principais áreas de trabalho da Plataforma Democrática são:

Transformações Geopolíticas Globais e instituições democráticas:

<http://www.plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesAmericaLatina.aspx>

<http://www.plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesBrasilAmericaSul.aspx>

Meios de comunicação e Democracia:

<http://www.plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesPlataforma.aspx#MediosComunicacion>

http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Poder_politico_e_meios.pdf

Sociedade civil e democracia:

http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Usos_abusos_e_desafios_da_sociedade_civil_na_America_Latina.pdf

Biblioteca virtual:

<http://www.plataformademocratica.org/Portugues/BuscaPublicacoes.aspx>

Coleção Recursos de Pesquisa na Internet:

<http://plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesPlataforma.aspx#RecursosPesquisa>